



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI 142/12


Súmula: Transforma o Escritório de Representação do Governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

Art. 1.º O Escritório de Representação do Governo, unidade do nível de assessoramento da Casa Civil passa a constituir-se em um órgão de assessoramento, subordinado diretamente ao Governador do Estado.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários a implementação desta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões em 22 de maio de 2012


Deputado Alexandre Curi
PRESIDENTE


Relator





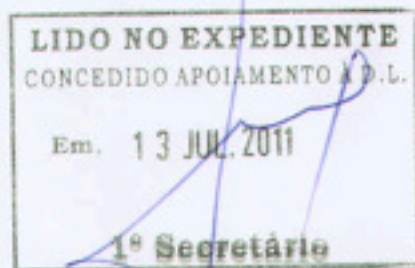
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Kielse

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 573/11



SÚMULA: Dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

Art. 1º - Havendo licitação para empresas participarem no Poder Público, na área de limpeza, a empresa deverá comprovar que possui um percentual, conforme tabela abaixo, de seus trabalhadores com curso de qualificação na área, com certificado expedido por entidade com notória especialização na área.

Parágrafo primeiro: O percentual seguirá a seguinte graduação:

2012-1%
2013-2%
2014-4%
2015-8%
2016-16%
2017-32%
2018-64%
2019-75%
2020-85%
2021-100%

Art. 2 Esta deverá ser cláusula pétrea nos editais de concorrência de serviços no Estado do Paraná.

Parágrafo único: Caso não preencha o requisito que dispõe o art. 1º desta lei, a empresa será desclassificada do certame público.

Art.3 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 11 de julho de 2011.

CLEITON KIELSE
Deputado Estadual

15:00 13/07/2011 005571 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse



JUSTIFICATIVA

Esta justificativa apresenta argumentos favoráveis à qualificação na área de limpeza, pois o referido projeto de lei trata da qualificação da mão-de-obra no setor de asseio e conservação.

A realidade de mercado exige a cada dia maior empenho das organizações na condição de excelência em qualquer setor. A atividade de empresas prestadoras de serviços tem apresentado crescimento constante no final deste século.

Uma das maiores dificuldades encontradas pelas empresas do setor de limpeza e conservação, seja de pequeno, médio ou grande porte no Brasil, está em fornecer serviços com padrão de qualidade alto e de forma constante. Vários são os problemas enfrentados pelo setor: mão-de-obra não qualificada, nível de escolaridade baixo, dentre outros.

As classes de risco de toxicidade, dos produtos de limpeza indicam o grau de periculosidade para saúde, eis a necessidade da qualificação para saber classificar, controlar o uso e disposição física dos espaços onde os materiais são estocados, empregando atenção especial a materiais perecíveis ou de certo grau de periculosidade, conforme especificações dos mesmos e normas técnicas vigentes.

Vale lembrar também que empregados que prestam serviço de limpeza e conservação ficam a exposição de produtos químicos e riscos biológicos, pois é uma realidade no dia a dia desta profissão, a limpeza principalmente com recolhimento de lixo e limpeza com produtos químicos, gera exposição a diversos agente biológicos, mesmo com atuação de luvas o contato ocorre também pela via respiratória o que caracteriza a qualificação de insalubridade em grau máximo, ou seja, "o ambiente de trabalho hostil à saúde, pela presença de agente agressivos ao organismo do trabalhador, acima dos limites de tolerância permitidos pelas normas técnicas".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Kielse

D. L.

Fls. 04

Assim, fica claro que é dever do Estado, oriundo da Constituição Federal, o bem-estar social, bem como a prestação de serviços da melhor maneira possível à população. Primeiramente, vale justificar que incumbe ao Poder Legislativo o dever e a legitimidade para propor o presente projeto de lei com base nas Constituições Estadual e Federal. A defesa dos direitos dos cidadãos do estado: é justamente nesse sentido que este projeto é apresentado, ou seja, tem o condão de assegurar a qualidade da mão-de-obra no setor de asseio e conservação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 579/2011

Projeto de Lei nº 579/2011

Autor: Deputado Estadual Cleiton Kielse

Súmula: Dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

EMENTA: LICITAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ. ÁREA DE LIMPEZA. CURSO DE QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES COM CERTIFICADO EXPEDIDO POR ENTIDADE COM NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 22. LEI FEDERAL Nº 8.666/93 ART. 115. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NOS TERMOS DA EMENDA CORRETIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Estadual Cleiton Kielse, tem por finalidade, qualificar os trabalhadores da área de limpeza, com curso de qualificação por entidade com notória especialização, nos casos de licitação pública no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O projeto de lei em questão visa instituir a qualificação dos trabalhadores da área de limpeza, com curso de qualificação por entidade com notória especialização, nos casos de licitação pública no âmbito do Estado do Paraná.

Quanto a este tema, importante destacar que no dia 21 de junho de 1993 foi publicada a **Lei Federal nº 8.666** que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, afirmando que **os órgãos da administração, INCLUINDO OS ESTADOS, detêm competência para expedirem normas aos procedimentos operacionais observados na execução das licitações no âmbito de sua atuação, vide art. 115:**

Art. 115. Os órgãos da Administração poderão expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações, no âmbito de sua competência, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. As normas a que se refere este artigo, após aprovação da autoridade competente, deverão ser publicadas na imprensa oficial. (Grifo Nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Nesse momento, importante frisar, que com relação aos órgãos da Administração Pública, estes podem ser da Administração Pública Direta ou da Administração Pública Indireta.

Para demonstrar a competência do nobre parlamentar, ressalta-se que o **Estado é integrante dos órgãos da Administração Pública Direta** e, portanto, pode perfeitamente expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações no âmbito de sua atuação (Art. 115 Lei Federal nº 8.666/93).

No entanto, os parlamentares devem observar o inciso XXVII do art. 22 da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Grifos nossos)

Sendo assim, fica evidenciada a competência para que seja realizada a propositura do presente projeto de lei; uma vez que não afronta nenhuma norma vigente do ordenamento jurídico brasileiro, pois não trata de normas gerais de licitação e, bem como, não se encontra nas hipóteses de competência privativa do Governador.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise está em desacordo com a Lei Complementar nº. 95/98.

Cabe afirmar que o Parágrafo Primeiro do art. 1º deve ser renomeado como **Parágrafo Único**, uma vez que não existe outro parágrafo posterior.

Já no que tange o conteúdo referente a graduação mencionada no referido parágrafo, deve estar numerada em incisos o que de fato não ocorreu.

Isto, exatamente como preceitua o art. da Lei Complementar n.º 95/98:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;

IV - os incisos serão representados por algarismos romanos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos arábicos;

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

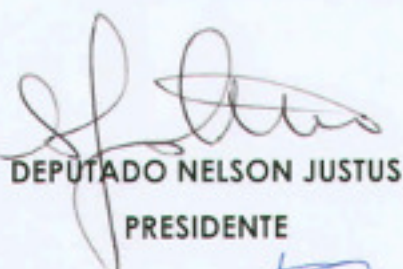
Assim sendo, para sanar os vícios de ilegalidades presentes neste projeto de lei, é apresentada a Emenda Corretiva em anexo.


Portanto, diante da Emenda Corretiva apresentada o referido projeto de lei encontra-se revestido de legalidade e constitucionalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**, nos termos da **EMENDA CORRETIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR

Concedido Vistas ao

Senhor Deputado

Ademar Traiano

Em, 27 J 09 / 20 11

CCJ

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI 579/2011

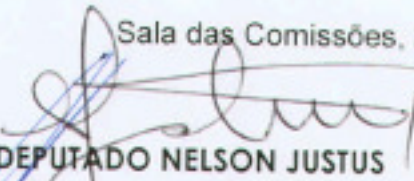
Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 7º, III do Regimento Interno dessa casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Corretiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

Parágrafo Único - O percentual seguirá a seguinte graduação:

- I – Até o ano de 2012 – 1% (um por cento);
- II – Até o ano de 2013 – 2% (dois por cento);
- III – Até o ano de 2014 – 4% (quatro por cento);
- IV – Até o ano de 2015 – 8% (oito por cento);
- V – Até o ano de 2016 – 16% (dezesseis por cento);
- VI – Até o ano de 2017 – 32% (trinta e dois por cento);
- VII – Até o ano de 2018 – 64% (sessenta e quatro por cento);
- VIII – Até o ano de 2019 – 75% (setenta e cinco por cento);
- IX – Até o ano de 2020 – 85% (oitenta e cinco por cento);
- X – Até o ano de 2021 – 100% (cem por cento).

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 579/2011

Projeto de Lei nº. 579/2011

Autoria: Dep. Cleiton Kielese

Súmula: Dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielese, tem por objetivo obrigar as empresas que participam de licitações na área de limpeza a comprovar que possuem um percentual mínimo de trabalhadores qualificados para exercer atividades na área, graduando o percentual exigido ao longo dos anos.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma da emenda corretiva, no dia 27/09/2011, tendo como relator o Deputado Tadeu Veneri, que apenas adequou o texto à Lei Complementar 95/1998. Vencida a análise legal e constitucional, é agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-G do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto de análise desta Comissão, constatamos que o projeto visa exigir um grau de qualificação aos funcionários das empresas de limpeza. Tal exigência é feita apenas nos casos de novas contratações e o projeto estabelece sua implantação de forma gradual ao longo dos anos, sendo que em 2021 a totalidade de tais funcionários deverá possuir um certificado de qualificação na área.

1
K
Sh




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação

Tal qualificação se faz necessária pelo fato de muitas vezes os funcionários manipularem produtos de limpeza tóxicos, que expõe em risco a sua saúde e a de pessoas expostas ao local de trabalho. Além disso, manuseiam o lixo, sendo que se não forem tomados alguns cuidados pode haver contaminação deles ou de terceiros.

A medida vem no sentido de prevenir tais contaminações, certificando que os funcionários estão cientes da maneira correta de efetuar cada serviço e garantindo um alto padrão de qualidade nos serviços vinculados ao Poder Público.

Diante do exposto, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.


DEPUTADO EVANDRO JR.
Vice-Presidente


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança da Oposição

REQUERIMENTO

APROVADO
À Diretoria Legislativa.

Em, 15 DEZ. 2011


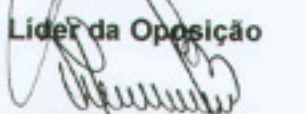

1º Secretário

Súmula: Requer a retirada da Ordem do Dia, do item 14 da Pauta, por 10 Sessões.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do Art. nº 158, § 1º do Regimento Interno, **requer**, após ouvido o Douto Plenário, a **retirada do Projeto de Lei nº 579/2011**, item 14 da Ordem do Dia desta data, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2011.


Enio Verri
Líder da Oposição

Ademair Traiano
Líder do Governo

DEP. CLEITON KIELSE

DAP 1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



REQUERIMENTO



Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais com fulcro no art. 131, § 2º, XIV, requer, após ouvido o douto plenário, a inclusão do Projeto de Lei 579/41 na ordem do dia do Plenário desta Casa.

Sala das Sessões em, 21 de março de 2012.

Anotação
C-...-...-...
ao DAP

1-34

Deputado Estadual

16:23 21/03/2012 001617 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO
Nº 01
DAP. 26/03/12

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 579/2011



Conforme prevê o artigo 137, §2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos o presente substitutivo geral ao Projeto de Lei 579/2011, de autoria do Deputado Cleiton Kielse.


O Projeto de Lei nº 579/2011 deverá contar com a seguinte redação:

SÚMULA: Dispõe sobre a exigência de percentual de trabalhadores com curso de qualificação, nos editais de licitação na área de limpeza e conservação.

Art. 1º. O Poder Público, nos editais de licitação para contratação de empresas na área de limpeza e conservação, poderá exigir percentual de trabalhadores com curso de qualificação na área.

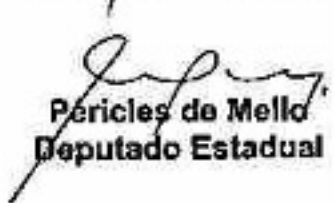
Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Plenário das Sessões, 26 de março de 2012.

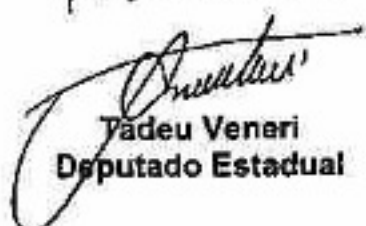

Enio Verri
Deputado Estadual

Toninho Wandscheer
Deputado Estadual


Luciana Rafagnin
Deputada Estadual


Pericles de Mello
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual

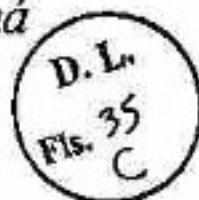

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Elton Walter
Deputado Estadual

Ademar Traiano
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 579/11

Projeto de Lei nº 579/11

Autores da emenda: Deputados Ênio Verrí, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Professor Lemos e Tadeu Veneri.

Sumula: Dispõe sobre a exigência de percentual de trabalhadores com curso de qualificação, nos editais de licitação na área de limpeza e conservação.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 579/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Cleiton Kiese, tinha como objetivo dispor sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

D. L.
Fls. 36
C

Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Tadeu Veneri.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva Geral, de autoria dos Deputados Ênio Verrí, Luciano Rafagnin, Péricles de Mello, Professor Lemos e Tadeu Veneri. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,

juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

D. L.
Fls. 3
C

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

- ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

I - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o Inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

D. L.
Fls. 38
C

Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.


Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral proposta pelos Deputados Ênio Veri, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Professor Lemos e Tadeu Veneri, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 2012.


NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


HERMAS JUNIOR
ausente.

RELATOR

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba PR - CEP 80 530-011
www.hermasjunior.com.br

*D. Gilson
Souza
Suplente.*



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 03 MAIO 2012

Kury
1º Secretário

REQUERIMENTO

Sumula: Requer a retirada de emenda proposta pela Bancada do PT.

A bancada do Partido dos Trabalhadores, requer a retirada da emenda apresentada ao PL 579/2011, de iniciativa do Deputado Cleiton Kielse, que dispõe sobre um percentual obrigatório de trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação em trâmite nesta Casa de Leis

Plenário das Sessões, 2 de maio de 2012.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Enio Verri
Dep. Enio Verri

Elton Welter
Dep. Elton Welter

Tominho Wandscheer
Tominho Wandscheer

Luciana Ragnin
Dep. Luciana Ragnin

Tadeu Veneri
Dep. Tadeu Veneri

Péricles de O. Mello
Dep. Péricles de O. Mello

Prof. Lemos
Dep. Prof. Lemos

Anote-se, junto-se a Proposição de referência

DL. 03/05/12
Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo

18:48 03/05/2012 002608 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

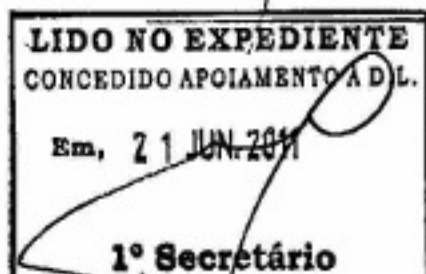
DAP



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02
C




PROJETO DE LEI Nº 528/11

SÚMULA: Declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores do Bairro Regina Vitória, ASMORV, com sede e foro no Município de Palmeira.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Moradores do Bairro Regina Vitória, ASMORV, com sede e foro no Município de Palmeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em


MARCELO RANGEL
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Regina Vitória, ASMORV, com sede e foro no Município de Palmeira.

Tem por finalidade desenvolver ações que beneficiem os moradores da localidade em tela, bem como diversos eventos culturais e esportivos que trazem lazer e cultura aos moradores do bairro supracitado.

Resta ainda salientar que a entidade em tela faz um trabalho bastante importante na área em que atua, desenvolvendo projetos que beneficiam em diversos setores da comunidade.

A associação atende os requisitos legais deste Estado, através da documentação anexada. Portanto, requer-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 528/2011

Projeto de Lei nº. 528/2011
Autor: Deputado Estadual Marcelo Rangel

Súmula: *Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Bairro Regina Vitória, ASMORV, com sede foro no Município de Palmeira.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Rangel, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Moradores do Bairro Regina Vitória, ASMORV**, com sede foro no Município de Palmeira, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 40
11

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

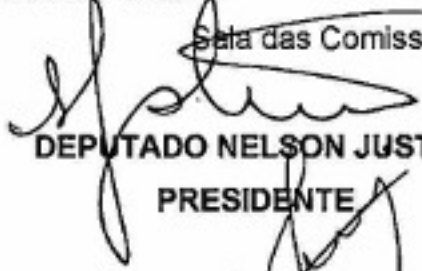
Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.






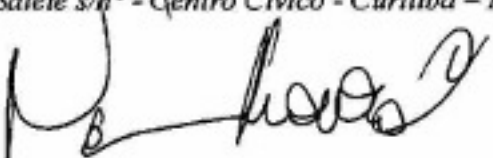
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 08 de 05 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR







Praça Nossa Senhora da Saletе s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

D. L.

Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 22 AGO, 2011

1º secretário

PROJETO DE LEI Nº 669/2011

Súmula: Obriga a fixação de mapas de localização do Estado do Paraná em postos de combustíveis nas estradas paranaenses, visando facilitar a locomoção dos turistas, profissionais diversos e populares.

Art. 1º - Os postos de combustíveis localizados nas estradas Federais ou Estaduais situadas no Estado do Paraná deverão fixar nas suas dependências, em local visível ao público, mapa rodoviário do Estado, a fim de facilitar a locomoção dos turistas, profissionais e populares.

§1º - Os mapas rodoviários deverão ser fixados em locais de fácil acesso e boa iluminação, em escala não inferior a 1:100.

§2º - Sempre que possível, os mapas deverão destacar as áreas turísticas do Estado, com informações sobre as atrações, distâncias em km das principais capitais, bem como os números telefônicos da Prefeitura Municipal ou Secretaria de Turismo dos locais em destaque, para obtenção de maiores detalhes tais como hotéis, pousadas e restaurantes, etc.

Art. 2º - As despesas relacionadas a disponibilização dos mapas rodoviários correrão por conta dos próprios estabelecimentos.

§1º - As empresas poderão explorar publicidade no local reservado ao mapa rodoviário, desde que a área ocupada por ela ocupada não dificulte a observação da informação principal.

Art. 3º - A desobediência ou inobservância a qualquer dispositivo desta Lei sujeitará o infrator ao pagamento de multa equivalente a 500 (quinhentas) UFIRs.

§1º - Persistindo a irregularidade, a multa será aplicada em dobro.

Art. 4º - Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei para seu fiel cumprimento.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, ___ de agosto de 2011.

ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

D. L.

Fis. 03

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo orientar os motoristas que passam pelo estado do Paraná, em especial os turistas, auxiliando e facilitando a locomoção nas estradas situadas em nosso Estado.

Muitas vezes os turistas submetem-se a riscos com relação à segurança, ao buscarem informações com desconhecidos, ou necessitam alterar seu trajeto objetivando buscar informações sobre nossa malha viária.

Os postos de combustíveis deixaram de ser apenas locais de abastecimento de veículos, tendo se transformado em verdadeiros centros de conveniência, referência para várias necessidades dos motoristas e até mesmo de moradores das proximidades do seu local de instalação, tais como alimentação, uso de caixas eletrônicos de Bancos.

Considerando a facilidade de acesso e o alto fluxo de pessoas que passam pelos postos de combustíveis, acreditamos que são locais ideais para a instalação de mapas rodoviários para orientação dos motoristas. A aprovação da lei complementará e em alguns casos até mesmo suprirá a sinalização nas ruas e estradas.

Tal medida exige um pequeno investimento por parte dos estabelecimentos, mas deve aumentar o fluxo de pessoas que passam por eles a procura de informações e que acabam consumindo produtos de seu interior. Além disso, os postos poderão incluir anúncios de publicidade próximos ao mapa, incentivando o interesse de empresas que exploram tais anúncios.

Diante do exposto, certo da importância do presente projeto para proteger a qualidade do solo, do ar e das águas, conto com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das sessões, de agosto de 2011.


ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 660/11

Projeto de Lei nº 660/11
Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Obriga a fixação de mapas de localização do Estado do Paraná em postos de combustíveis nas estradas paranaenses, visando facilitar a locomoção dos turistas, profissionais diversos e populares.

EMENTA: FIXAÇÃO DE MAPAS RODOVIÁRIOS EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS LOCALIZADOS NAS ESTRADAS PARANAENSES. POSSIBILIDADE. INCENTIVO AO TURISMO. ART. 24, V, E ART. 180 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 33-A, I DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputado Anibelli Neto, obriga a fixação de mapas de localização do Estado do Paraná em postos de combustíveis nas estradas paranaenses, visando facilitar a locomoção dos turistas, profissionais diversos e populares.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Quanto à competência legislativa, consigne-se que a Constituição Federal estabelece em seu artigo 24, V, que a competência para legislar sobre direito do consumidor é concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...);

V - produção e consumo;

O presente projeto se enquadra no direito do consumidor, visto que os consumidores que se encaminharem aos postos de combustíveis nos postos de estradas paranaenses terão à sua disposição mapa rodoviário do Estado para facilitar sua locomoção.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por outro lado, tal medida acaba por incentivar o turismo, que é incentivado tanto pela Constituição Federal como pela Constituição Estadual que preconizam, respectivamente:

Constituição Federal – Art. 180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.


Constituição Estadual – Art. 144. O Estado e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistente óbice ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Assim, configuradas a **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** deste projeto de lei, opina-se por sua **APROVAÇÃO**.

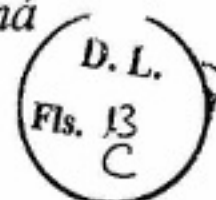
Sala das Comissões, 06 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 660/2011

Projeto de Lei nº. 660/2011

Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Obriga a fixação de mapas de localização do Estado do Paraná em postos de combustíveis nas estradas paranaenses, visando facilitar a locomoção dos turistas, profissionais diversos e populares.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto, tem por objetivo obrigar os postos de combustíveis localizados nas estradas situadas no Estado do Paraná a fixar, nas suas dependências, mapa rodoviário do Estado, a fim de facilitar a locomoção dos turistas, profissionais e populares.

Determina que tais mapas deverão ser colocados em local de fácil acesso e boa iluminação, em escala não inferior a 1:100 e, sempre que possível, deverão destacar áreas turísticas do Estado. Estabelece também que as despesas correrão por conta dos próprios estabelecimentos, que poderão explorar publicidade no local reservado ao mapa e impõe multa aos estabelecimentos que infringirem tal Lei.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 06/12/2011, tendo como relator o Deputado Tadeu Veneri, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que visa justamente orientar os motoristas que passam por nosso Estado, auxiliando na sua locomoção, evitando que se submetam a riscos com relação à



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo





segurança, ao buscarem informações com desconhecidos ou alterando seu trajeto objetivando buscar informações sobre nossa malha viária.


Além disso, devemos considerar que os postos de combustíveis deixaram de ser apenas locais destinados ao abastecimento dos veículos e passaram a funcionar como centros de conveniência, atendendo a varias necessidades dos motoristas e até mesmo de moradores. Devido ao alto fluxo de pessoas presentes nesses locais, são considerados ideais para implantação de tal medida, que de certa forma complementarará e suplementará a sinalização nas ruas e estradas do Estado.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 06 de março de 2012.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente


DEPUTADO PROFESSOR LEMOS
Relator


Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

D. L.
16
Fls.

Presidente: Deputado Marcelo Rangel
Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner
MEMBROS

Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Bier; Deputado Elton Welter;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 660/2011

Projeto de Lei nº 660/2011
Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Obriga a fixação de mapas de localização do Estado do Paraná em Postos de Combustíveis nas estradas paranaenses, visando facilitar a locomoção dos turistas profissionais diversos e populares.

I - PREAMBULO

O presente Projeto de Lei 660/2011 de Autoria do Deputado Anibelli Neto, obriga a fixação de mapas de localização do Estado do Paraná em postos de combustíveis nas estradas paranaenses, visando facilitar a locomoção dos turistas, profissionais diversos e populares.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado como relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 660/2011**, na qual passo a relatar:

O Projeto de Lei nº 660/11 tem por objetivo que a colocação de mapas nestes locais orientem os motoristas que passam pelo Estado, principalmente os turistas, de forma que se torne mais fácil a locomoção nas estradas do Paraná.

No que tange ao mérito da matéria entendo que não há nenhum tipo de impedimento que possa obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo. Por se tratar de matéria que atende ao interesse público, uma vez que os benefícios da presente proposta podem facilitar a locomoção de pessoas que vem conhecer o Estado do Paraná.

Cumpramos a nós destacar que *"Compete à Comissão de D. L. Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as Fls. 17 proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância do processo para benefício único e exclusivo da população. O **Projeto de Lei 660/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva de toda população, facilitando a localização e ao mesmo tempo divulgando o nosso Paraná.

Por este motivo esta proposta, ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, evidenciando de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevamos o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, vem diante deste parecer, manifestar-se favoravelmente perante a importância do Projeto de Lei analisado **660/2011**, destacando os benefícios expostos na matéria ao facilitar os próprios motoristas em sua localização.

Informamos que não encontramos impedimentos para a sua tramitação quanto ao seu mérito analisado, optando desta forma, pelo **Parecer Favorável** ao **Projeto de Lei 660/2011**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Sessões em 19 de março de 2012.


DEP. MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão


Dep. Adelino Ribeiro

Relator








Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER

PROJETO DE LEI N.º 660/11

AUTOR: DEPUTADO ANIBELLI NETO.

SÚMULA: PROJETO DE LEI - OBRIGA AFIXAÇÃO DE MAPAS DE LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS NAS ESTRADAS PARANAENSES, VISANDO FACILITAR A LOCOMOÇÃO DOS TURISTAS, PROFISIONAIS DIVERSOS E POPULARES.

FUNDAMENTAÇÃO

Por ser hoje local de alto fluxo de pessoas , e centro de convivências e referencial nada mais oportuno orientar os motoristas.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente P.L. por estarem presentes todas os requisitos constitucionais, legais.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



TONINHO WANDSCHEER
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello

D. L.
Fls. 02

155
Projeto de Lei Nº 1 / 2012




SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Funcionários da Escola Municipal Ilha do Saber, Educação Infantil e Ensino Fundamental, na modalidade Educação Especial, doravante denominada "APF ILHA DO SABER", com sede no município de Pontal do Paraná e foro na Comarca de Matinhos, Estado do Paraná.

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Pais e Funcionários da Escola Municipal Ilha do Saber, Educação Infantil e Ensino Fundamental, na modalidade Educação Especial, doravante denominada "APF ILHA DO SABER"**, pessoa jurídica de direito privado com autonomia financeira e administrativa, com sede na Rua Rio Grande do Norte, nº 286 - Balneário Mirassol - no município Pontal do Paraná, CEP- 83.255-000 e foro na Comarca de Matinhos, Estado do Paraná, CNPJ nº 07.139.484/0001-01.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de abril de 2012.


Péricles de Holleben Mello
Deputado Estadual - PT



JUSTIFICATIVA:

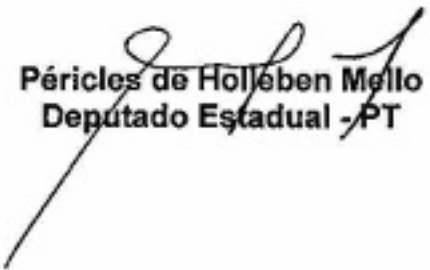
A **APF ILHA DO SABER** é um órgão de representação dos pais e funcionários da Escola Municipal Ilha do Saber e tem como fim atender às necessidades dos alunos, propiciando uma melhor qualidade de vida e ensino.

As ações da Associação oportunizam a integração das famílias, da escola e da comunidade, de modo a auxiliar a realização de atividades de cunho socioeducativo, cultural e desportivo.

Dentre as atividades desenvolvidas pela APF Ilha do Saber, que contribuíram significativamente para melhora da qualidade de ensino e desenvolvimento dos alunos, podem-se destacar: criação e montagem de uma sala de estimulação motora e visual; criação e montagem de um laboratório de marcenaria; concerto e manutenção das cadeiras de rodas; construção de redondel e compra de matérias para equoterapia; montagem de uma sala de vídeo; aquisição de computadores; e viabilização do uso da internet; dentre outros.

Atividades culturais; oficinas pedagógicas; festival de dança; também são algumas das atividades complementares promovidas pela Associação em parceria com a escola.

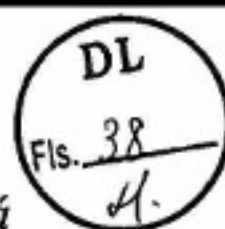
Diante do exposto, reiteramos que o trabalho realizado pela **APF ILHA DO SABER** tem como objetivo principal atender as necessidades dos alunos, propiciando melhor qualidade de vida e ensino, com isto, é notória a legalidade de conceder à entidade o título de Utilidade Pública.


Péricles de Hollen Mello
Deputado Estadual - PT



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 155/2012



Projeto de Lei nº. 155/2012
Autor: Deputado Estadual Péricles de Mello.

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Funcionários da Escola Municipal Ilha do Saber, Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, doravante denominada "APF Ilha do Saber", com sede no Município de Pontal do Paraná e foro na Comarca de Matinhos.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação de Pais e Funcionários da Escola Municipal Ilha do Saber, Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, doravante denominada "APF Ilha do Saber", com sede no Município de Pontal do Paraná e foro na Comarca de Matinhos, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 39
H.

bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social e a educação, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 40
H.

- I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 08 de 05 de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DULCIO GENARI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná